
**ALGUMAS REFLEXÕES
SOBRE O CONFLITO DAS FALKLAND/MALVINAS**

Leonel Cardoso

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONFLITO DAS FALKLAND/MALVINAS

É ainda muito cedo para se fazer a história do conflito das Falkland/Malvinas mas, quando um dia for feita, decerto irá revelar que em muitos aspectos ele funcionou como catalizador de modificações muito importantes em numerosos campos e em várias partes do mundo, acelerando-as e fazendo-as emergir meses, ou mesmo anos, mais cedo do que se o conflito não tivesse acontecido.

Mas, mesmo que já fosse tempo de fazer a sua história, não ousaríamos ir além daquilo que hoje nos propomos fazer: reunir alguns dados e reflexões sobre o conflito e os seus ensinamentos mais conspícuos e incidências mais notáveis em vários aspectos do contexto em que se desenrolou.

A primeira reflexão que nos ocorre é a de que o extemporâneo conflito que em 1982 — perto do fim do século XX — opôs duas nações civilizadas, amadurecidas e ocidentais, constitui um acontecimento que destoa da sua época e não se enquadra na actual panorâmica planetária. Como tal, é um conflito que nunca deveria ter-se dado.

Estivemos quase a utilizar, também, o adjectivo «surpreendente» para qualificar esta inusitada confrontação armada mas, olhando em volta, perguntamo-nos se, na verdade, alguma coisa nos pode surpreender na actual conjuntura internacional — como um país comunista esmagar o movimento sindical e proibir as greves, ou um país estruturalmente democrático apoiar governos ferozmente ditatoriais de outros países.

Não surpreendem estes e muitos outros factos aparentemente insólitos mas todos obedecendo a «razões perfeitamente lógicas»... Só que essas lógicas são bastante subjectivas e constituem, em cada momento, as que mais convêm aos interesses em jogo, sendo tanto mais irrefutáveis quanto maior é o poder económico e militar de quem as define. E também não nos surpreende que por vezes a força redunde em fraqueza, tornando-se o excessivo poder um factor limitativo da liberdade de acção — como foi típico no caso dos reféns americanos no Irão.

Portanto, apenas restam para causar surpresa, aos mais puros ou mais ingênuos, o egoísmo e a hipocrisia que imperam nas relações internacionais.

Por tudo isto, tem a sua lógica a atitude da Argentina em relação às Malvinas, que diz deverem pertencer-lhe, e a atitude da Grã-Bretanha, que diz que as Falkland lhe pertencem. Lógicas que melhor poderemos compreender se imaginarmos que as Berlengas estavam sob a soberania de um país situado a muitos milhares de milhas de Portugal, ou que o arquipélago da Madeira havia sido ocupado militarmente por um país africano com o argumento de que se encontra geograficamente mais próximo da África do que da Europa.

Postos estes comentários iniciais cuja finalidade não é, como possa parecer, mostrar a nossa descrença na raça humana — nem mesmo nos responsáveis pelos seus destinos — mas, essencialmente, colocar o leitor numa atitude mental mais realista e tentar dizer-lhe que nos colocamos numa posição da maior (possível) imparcialidade, passaremos agora às reflexões e comentários sobre esta pequena guerra.

O conflito das Malvinas/Falkland, para além das suas naturais e mais marcadas repercussões nos países nele directamente envolvidos, revestiu-se de numerosos aspectos de grande interesse para o resto do mundo, tanto no campo militar como, nomeadamente, nos campos económico, político, diplomático e humano. Alguns dos ensinamentos dele recolhidos implicam que se encarem novos procedimentos, outros que se alterem antigos conceitos e, outros ainda, que se acelerem processos que estavam em curso.

O mundo ficou certamente diferente depois desta confrontação que talvez um «arrastar de sabres» e a velha «política das canhoneiras» pudessem ter evitado. Mas julgamos que o conflito, para além dos factores políticos e emocionais envolvidos, resultou essencialmente duma errada apreciação da situação pelas duas partes — os britânicos por não acreditarem que os argentinos ocupassem as ilhas, e os argentinos por estarem convencidos que os britânicos não reagiriam militarmente à sua ocupação. O Governo britânico subestimou o atrevimento dos argentinos, e a Junta Militar argentina esqueceu as características dos britânicos. Talvez as nações mais jovens tenham dificuldade em compreender a força duma nacionalidade rica de tradições profundamente arraigadas e longamente cultivadas, tal como as nações do velho mundo tardam a convencer-se que as

do mundo novo repudiam quaisquer resquícios dum passado colonial que as marcou.

De qualquer forma, o ensinamento a tirar destes erros é que continua a ser extremamente perigoso, principalmente em situações deste tipo, jogar com as intenções do adversário, em vez de fazê-lo com as suas possibilidades.

O conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha constituiu um bom teste às potencialidades e fragilidades das alianças, das organizações regionais e das amizades, ficando mais uma vez demonstrado como os interesses nacionais, os do mercado internacional de capitais e, até, as reacções emocionais e os laços étnico-culturais, condicionam as atitudes dos Estados. E serviu ainda para confirmar a inoperância — ou talvez seja mais justo chamar-lhe impotência — da Organização das Nações Unidas (ONU) quando enfrentada com problemas verdadeiramente graves. Ficou no entanto comprovada a sua grande utilidade como areópago onde se desenvolvem importantes acções políticas e de onde se manipula a opinião pública mundial.

Um dos testes mais delicados foi aquele a que foram sujeitos os Estados Unidos, colocados entre dois interesses e duas lealdades: ou para com um dos seus parceiros mais fiéis da Aliança Atlântica (NATO), ou para com um dos seus parceiros mais importantes na Organização dos Estados Americanos (OEA); entre os seus interesses ligados à ameaça directa duma confrontação militar com o Pacto de Varsóvia, e os seus interesses ligados à ameaça indirecta da infiltração comunista nas Américas do Sul e Central. Perante esta difícil escolha e procurando evitar ter que fazê-la, o Presidente Reagan encarregou o seu, então, secretário de Estado, General Alexander Haig, de procurar por todos os meios obter uma solução negociada, antes que a «Task Force» britânica chegasse às «Ilhas» — como então a administração americana, prudentemente, se referia às Malvinas/Falkland. Entre 9 e 19 de Abril o General Haig voou muitos milhares de quilómetros entre Washington, Londres e Buenos Aires, no seu «vaivém diplomático», mas sem qualquer sucesso, devido à inflexibilidade das posições dos países envolvidos — um, não abdicando dos direitos invocados para ocupar as Malvinas e recusando-se a retirar as suas forças, outro, não abdicando dos seus direitos de soberania sobre as Falkland e recusando-se a negociar enquanto não fossem desocupadas.

Fracassada a «missão Haig», não restou aos Estados Unidos outra solução — embora só adoptada formalmente em 30 de Abril — que não fosse a de se pôr ao lado do seu aliado na NATO e, simultaneamente, seu irmão anglo-saxónico, suspendendo todas as exportações de material militar para a Argentina, bem como a concessão de quaisquer novos créditos bancários para exportações-importações e todas as garantias oficiais de crédito. Tal posição, embora muito impopular entre todos os seus parceiros da OEA, era perfeitamente justificável pelo facto de todas as tentativas de mediação terem sido feitas depois da aprovação pelo Conselho de Segurança da ONU, no dia 3 de Abril, da Resolução 502. Esta Resolução — que foi votada favoravelmente pela Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Irlanda, Zaire, Togo, Uganda, Guiana e Jordânia, tendo-se absterido a União Soviética, Polónia, China e Espanha, e votada desfavoravelmente pelo Panamá — ordenava a cessação de todas as hostilidades e a retirada de todas as forças argentinas das Falkland/Malvinas, e apelava aos países em conflito para procurarem uma solução diplomática para os seus diferendos e para respeitarem integralmente o espírito e a letra da Carta das Nações Unidas. A Carta, no seu artigo 51.º, reconhece a todos os Estados membros da Organização o direito de agir em legítima defesa — e acontece que as Nações Unidas sempre reconheceram a Grã-Bretanha como o país detentor do poder administrativo nas Falkland.

A aprovação da Resolução 502 facilitou extraordinariamente o alinhamento de muitos países com a Grã-Bretanha e tornou delicada a posição dos que deram o seu apoio à Argentina, o que limitou cada vez mais a liberdade de acção da Junta Militar, à medida que o conflito progredia. De resto esse apoio foi sempre muito mais moral do que material, mais uma atitude do que uma realidade, como o demonstra a circunstância de nenhum dos países da América Latina ter cortado relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

Na verdade, quando no dia 3 de Abril — 14 dias depois dos primeiros incidentes na Geórgia do Sul e apenas 24 horas depois da invasão das Malvinas/Falkland por forças militares argentinas — foi aprovada pelo Conselho de Segurança a Resolução 502, a Argentina perdia a sua primeira batalha — a batalha diplomática.

Explorando o factor de força que representava este primeiro sucesso, a Grã-Bretanha passou a atacar na frente económica. Contando com o

apoio da Commonwealth, o caminho estava agora aberto para a Comunidade Económica Europeia (CEE). No entanto esse caminho não se apresentou fácil em virtude de estarem em jogo os interesses de alguns dos seus membros. Mas, desta vez, o espírito de solidariedade prevaleceu, embora fique sempre a interrogação — justificada pelas hesitações que acompanharam o processo — sobre o que teria acontecido se o conflito se tivesse prolongado ou houvesse evoluído de maneira diferente.

A Grã-Bretanha não estava particularmente interessada em que os seus parceiros da CEE decretassem sanções económicas à Argentina, a não ser pelo efeito de desaprovação que essa medida demonstrava perante a opinião pública. Para além das sanções, só por si, nunca ganharem guerras, os seus efeitos na economia argentina, embora fossem provocar o agravamento duma situação já extremamente difícil, não iriam afectar a curto prazo um país que tem os seus próprios poços de petróleo e é auto-suficiente em carne e cereais. No que a Grã-Bretanha estava verdadeiramente interessada era em que os seus colegas da CEE suspendessem todas as exportações de material de guerra para a Argentina, o que foi rapidamente decidido pela França, República Federal da Alemanha, Bélgica e Holanda, com sacrifícios consideráveis dos dois primeiros destes países. A França estava para fornecer à Argentina 14 aviões «Super Étandard» equipados com mísseis «Exocet» e a Alemanha Federal, além de estar a construir quatro fragatas para aquele país, tinha um contrato de fornecimento de equipamento para seis corvetas e quatro submarinos que se encontravam em construção em estaleiros argentinos.

Ao embargo por estes países seguiu-se outro idêntico pelos do Mercado Comum e, no dia 10 de Abril, a totalidade dos membros da CEE (e também a Noruega) aderiu à suspensão total de todas as importações de produtos argentinos. Entretanto a Commonwealth, liderada pela Austrália e Nova Zelândia, já tinha alinhado, rápida e completamente, com a Grã-Bretanha, e o Canadá suspendera a exportação para a Argentina de sobressalentes para helicópteros e carros de combate.

Tudo parecia correr de feição para os britânicos no campo dos apoios à guerra económica contra o seu adversário, a despeito da CEE só ter garantido o seu apoio pelo período de um mês. Enquanto isso, a Argentina, já a braços com uma dívida externa de 32 biliões de dólares, com uma inflação galopante, com a rápida desvalorização da sua moeda e com uma taxa de desemprego de 15 %, tudo fazia para obter alguns apoios,

em particular para adquirir o material de guerra que a, não prevista, reacção britânica tornava necessário. A Junta Militar ameaçou os países menos comprometidos da CEE de que, depois do conflito, o Japão substituiria os países europeus como parceiro privilegiado das suas trocas comerciais e fez um tremendo esforço para continuar a honrar todos os seus compromissos externos. Neste aspecto foi favorecida pelo facto de os Estados Unidos nunca terem suspenso as suas transações comerciais com a Argentina nem interferido com os empréstimos de bancos privados americanos, que se elevavam então a mais de 9 biliões de dólares.

A posição do Japão, que normalmente funciona com um país ocidental, foi tornada muito embaraçosa pela utilização do seu nome nas ameaças da Argentina a países da CEE, mas foi também algo equívoca. Anunciou que adoptaria medidas económicas contra aquele país mas limitou-se a não aumentar as trocas comerciais com ele.

Portugal condenou desde o princípio a acção da Argentina e a Espanha apoiou-a, embora se tivesse limitado a abster-se quando da votação da Resolução 502. Outro exemplo dos laços étnico-culturais condicionando emocionalmente a posição assumida — neste caso, certamente, também marcada pelo problema de Gibraltar.

Houve uma altura, no início do conflito, em que muitos acreditaram que a decisão da Junta Militar argentina de ocupar as Malvinas/Falkland não teria sido tão irreflectida como poderia parecer, julgando-se que dispunha dum trunfo chamado União Soviética. Porém essa impressão cedo se começou a desvanecer, quando os soviéticos não vetaram a Resolução 502, e não tardou a esvair-se completamente quando depois se verificou que Moscovo estava a procurar aproveitar-se das dificuldades da Argentina para forçá-la a baixar os preços da carne e do trigo que queria comprar-lhe. Mas, ainda que desejasse realmente auxiliá-la no aspecto económico, muito dificilmente poderia fazê-lo dada a sua escassez em moeda estrangeira que não permitia, sequer, reduzir o défice da sua balança comercial com aquele país, que em 1981 atingira valores superiores a nove biliões de dólares. De qualquer forma, a posição assumida pela União Soviética revestiu-se de inteligente e astuciosa prudência política, apoiando as pretensões argentinas e acusando os britânicos de serem os agressores, mas mantendo-se distante da Junta Militar. Assim, quando um novo governo assumisse o poder, os soviéticos estariam em posição de afirmar que apoiaram o povo argentino mas não a Junta.

Conforme o conflito económico e financeiro evoluía e as posições se definiam, verificou-se que a quase totalidade dos países que apoiavam a Argentina pertenciam ao Mundo Pobre, enquanto a Grã-Bretanha tinha pelo seu lado grande parte do Mundo Rico. E enquanto se desenrolava esta batalha e, paralelamente, se desenvolviam as acções das forças argentinas nas ilhas e os preparativos militares britânicos para a sua reocupação, as preocupações da banca internacional foram-se avolumando. A dívida externa Argentina era então de 32 biliões de dólares e temia-se que um colapso económico daquele país provocasse um «efeito de dominó» nos outros países da América do Sul, cujas situações económico-financeiras estavam afectadas por crises muito sérias. Receios, afinal, idênticos aos provocados pelas possíveis consequências duma banca-rota polaca na economia dos países do Leste da Europa.

Mas não foram apenas a Argentina e a banca internacional que passaram por maus bocados. Também a Grã-Bretanha teve um momento de grandes preocupações quando o período de um mês de solidariedade, prometido pela CEE em 10 de Abril, se aproximou do seu termo. Ainda conseguiu que a adesão às sanções económicas fosse prorrogada por mais uma semana, mas já com protestos de alguns dos seus membros. Entretanto a situação evoluiu e a CEE decidiu prolongar as sanções por tempo indeterminado, mas sem a adesão de dois dos seus membros — a Itália, invocando o facto de 50 % da população argentina ser de origem italiana e estar ligada a numerosas famílias do seu próprio povo, e a Irlanda, alegando que como país neutro não podia colaborar em sanções decretadas em apoio duma acção militar. Os britânicos classificaram a atitude irlandesa de «perversa»...

Desta maneira, na luta económica a balança foi pendendo progressivamente para o lado da Grã-Bretanha, permitindo-lhe transmitir em 20 de Maio à sua «Task Force», com maior segurança, a ordem para prosseguir com a sua acção até à integral recuperação das Falkland.

E a Argentina, apesar dos seus esforços desesperados para angariar fundos e obter apoios, perdia inexoravelmente a sua segunda batalha — a batalha económica e financeira.

No aspecto militar o conflito revestiu-se também de extraordinário interesse, sendo neste campo que trouxe os maiores ensinamentos e oferece

as mais sérias razões para reflexão, tanto de grandes como de pequenas potências.

A decisão da Junta Militar de lançar o povo argentino na aventura das Malvinas/Falkland e o momento escolhido para fazê-lo, só podem explicar-se pela convergência no tempo de dois factores:

- 1.º A convicção de que a Grã-Bretanha não reagiria, baseada no quase esquecimento a que esta votara os 1800 habitantes das ilhas e reforçada pelo facto de ter ordenado o regresso à base do único navio de guerra que ainda lhes prestava apoio — o navio auxiliar «HMS Endurance»;
- 2.º A necessidade de montar uma operação de diversão para fazer face a uma situação política interna muito grave.

Só assim se poderá justificar que não tenha esperado mais um ou dois anos e preparado devidamente o país para uma possível reacção militar britânica. Se o tivesse feito, se tivesse aguardado a entrada ao serviço dos quatro submarinos e seis corvetas que estavam em construção, a chegada dos quatorze aviões e do armamento e equipamento diverso que estava encomendado e se, além disso, tivesse esperado que a Grã-Bretanha vendesse o «HMS Hermes» à Austrália, desmantelasse o navio de assalto «HMS Fearless» e encerrasse vários estaleiros e docas, como estava previsto acontecer até 1984 — tudo poderia ter sido muito diferente. Porém, nem sequer puseram a pista de Port Stanley em condições de operar e apoiar os seus aviões mais sofisticados! E este é, para nós, um dos mistérios deste conflito — que a existência daquele «porta-aviões» inafundável não tivesse sido explorada tacticamente como trunfo para procurar obter o domínio aéreo da área de operações.

Quanto à Grã-Bretanha, foi apanhada de surpresa talvez por deficiência ou excesso de confiança dos seus serviços de informações, mas também, e principalmente, por julgar que se tratava de mais uma das usuais ameaças da Argentina na persistente campanha de reivindicação do seu direito à soberania sobre as Malvinas. E de tal forma o Governo Britânico estava convicto de que os argentinos nunca se atreveriam a concretizar as costumadas ameaças, que toda a sua política militar de defesa estava dirigida para o armamento nuclear — o sistema americano de mísseis balísticos «Trident» — em prejuízo das suas forças convencionais, principalmente dos navios de superfície de maior porte, como os porta-aviões. Na

verdade pode dizer-se que o único antagonista potencialmente perigoso é a União Soviética; mas será prudente um país que ainda não liquidou completamente os últimos vestígios do seu império colonial não prever a necessidade de intervenção com forças convencionais em áreas longínquas onde eles estão situados? De resto, a mesma questão se põe a qualquer país cujo território seja descontínuo e separado pelo mar.

Parece, pois, poder concluir-se que nem a Argentina nem a Grã-Bretanha estavam preparadas para este conflito, mas de maneiras diferentes. A Argentina, no entanto, teve a vantagem da surpresa e tinha pelo seu lado o importantíssimo factor geográfico. Enquanto a área de operações se situava a 400 milhas do seu território, 8000 longas milhas a separavam da Grã-Bretanha — o que implicava para este país enormes problemas tanto no campo logístico como operacional, agravados pelas circunstâncias de as Falkland/Malvinas se encontrarem na posse das forças argentinas e da reduzida capacidade de aviação embarcada de que dispunha.

O desembarque militar argentino foi feito sem quaisquer problemas, a partir de 2 de Abril. A sua Marinha era razoável — um porta-aviões, um cruzador, oito «destroyers», três corvetas e quatro submarinos —, a sua Força Aérea relativamente poderosa — 97 bombardeiros, 43 caças, 10 aviões de ataque e quatro dezenas de helicópteros — e o seu Exército numeroso (cerca de 160 000 homens) e razoavelmente equipado, embora a maior parte do pessoal fosse conscrito, insuficientemente treinado e mais atrapalhado do que ajudando as unidades de forças especiais. Durante todo o conflito as forças regulares demonstraram ter bons combatentes, tendo-se distinguido pela sua bravura e espírito de missão o pessoal da Força Aérea.

A Grã-Bretanha, embora surpreendida pelos acontecimentos, desde o primeiro momento que se recusou a aceitar a ocupação do que considera como seu território e reagiu com surpreendente rapidez e eficiência. No dia 5 de Abril o grosso da «Task Force» e os primeiros navios de apoio deixaram Portsmouth com uma missão que não se apresentava fácil. Na realidade os estrategistas tinham sérias preocupações, particularmente pelo facto das bases Argentinas estarem a uma distância da área de operações que permitiria a utilização de cerca de centena e meia de aviões, enquanto a «Task Force» apenas dispunha de dois porta-aviões pequenos com 20 aviões embarcados. Para além disso, a pista de Port Stanley estava

na posse do adversário e as sete semanas de trânsito eram tempo suficiente para que a transformasse numa base aérea particularmente perigosa.

Mas estes factores de fraqueza não fizeram hesitar os britânicos que contavam com as suas tácticas mais actualizadas e com a maior eficiência das suas forças armadas, profissionais, para atenuar aquelas desvantagens. Animada deste espírito e, tal como as forças argentinas, com o apoio maciço do seu povo, a «Task Force», constituída e apoiada por mais de 160 navios com 28 000 homens embarcados, começou a largar de portos britânicos, rumo às Falkland/Malvinas. O seu núcleo compreendia dois porta-aviões de pequeno e médio porte, dois navios de assalto, oito «destroyers», 15 fragatas, seis submarinos, 38 aviões de combate, numerosos helicópteros, quatro centenas de navios auxiliares e meia centena de navios mercantes requisitados ou fretados pelo Governo. Tudo iria depender, essencialmente, de conseguir obter o domínio aéreo na área de operações ou de, pelo menos, o negar ao adversário.

A eficácia que os aviões de descolagem e aterragem vertical, que guardavam os porta-aviões britânicos vieram a revelar e a circunstância dos aviões de combate argentinos terem de operar próximo do limite do seu raio de acção, acabaram por originar uma situação em que nenhum dos adversários conseguiu obter o domínio aéreo da área. Nestas circunstâncias, como a aviação argentina não controlasse esse espaço aéreo, a superioridade em meios navais da «Task Force» e a maior eficiência e disciplina dos homens que tripulavam os seus navios e dos que neles eram transportados, acabaram por alterar o equilíbrio de forças em seu favor.

Aconteceu, também, que no campo das informações, das comunicações e da guerra electrónica, a Argentina apenas contava com os seus limitados recursos e com uma reduzida ajuda dos soviéticos — embora estes, durante o período do conflito, tenham colocado em órbita nada menos do que oito satélites espões — enquanto a Grã-Bretanha, como país da NATO, dispunha de sofisticados meios e, ainda, com o apoio que lhe era dispensado pelos Estados Unidos.

De esta forma não é de surpreender que à recaptura da Geórgia do Sul, em 25 de Abril, se tenham seguido o desembarque na ilha de Pebble, em 15 de Maio, o estabelecimento duma testa de ponte em São Carlos, na Falkland de Leste, em 21, a conquista de Darwin, Goose Green e Douglas em 27 e, finalmente, a tomada de Port Stanley e a rendição de todas as forças argentinas no dia 14 de Junho.

Na sequência das derrotas sofridas nas batalhas diplomática e económico-financeira, era quase inevitável que, como veio a acontecer, a Argentina perdesse também a sua terceira e última batalha — a batalha militar — e, com ela, a guerra que nunca deveria ter acontecido.

Uma das consequências do conflito foi, de certo, obrigar as grandes e as pequenas potências, e mesmo as super-potências, a repensar as suas políticas de defesa, reconsiderando prioridades e reapreciando tácticas, à luz das lições fornecidas pela primeira utilização em combate de novos materiais de construção, novos projectéis, etc., etc. Afinal, há quase 40 anos que sofisticado armamento, em contínua evolução tecnológica, não era testado em situações de combate, a não ser em acções limitadas nos conflitos do Médio Oriente.

Por isso numerosas questões se levantam agora, como sejam: Qual a importância relativa a atribuir à defesa das alianças e à defesa nacional? Qual o balanço mais conveniente entre o armamento nuclear e o convencional? Serão os grandes navios, particularmente os porta-aviões, demasiado vulneráveis perante os actuais meios de destruição? Qual a eficácia previsível das contramedidas para enfrentar esses poderosos meios de destruição?

Mas muitas outras questões foram respondidas e velhas verdades confirmadas pelos acontecimentos: Que só dispondo do domínio aéreo se podem efectuar, com um mínimo de segurança e eficácia, operações numa determinada aérea — como foi provado pelo número relativamente elevado de baixas sofridas pelos britânicos, principalmente em navios e pessoal embarcado; que as forças navais, embora nunca ganhem as guerras, são indispensáveis para que elas sejam ganhas, nomeadamente quando envolvem operações anfíbias ou apoio logístico por via marítima; que a organização logística é essencial para a execução de qualquer operação e decisiva quando essa operação se desenrola a muitos milhares de milhas das bases; que a eficiência, disciplina e moral das tropas é factor de enorme influência no resultado das operações; que a bravura dos combatentes, embora importante e digna do maior respeito e admiração, nunca pode substituir a sua eficiência; que as forças militares profissionais, inteiramente constituídas por voluntários, são sempre muito mais eficientes do que as forças que integram um elevado número de conscritos; etc.

De entre muitos aspectos que poderiam ainda ser apontados, julgamos de destacar dois, que constituem verdadeiras novidades.

Um deles é o caso de um só míssil, que custa cerca de 1500 contos, lançado por um avião cujo piloto nunca soube qual era o seu alvo, ter sido suficiente para afundar um navio de guerra que custa três milhões de contos — e podia ter sido outro de preço muito mais elevado. Evidentemente que não se trata duma situação desesperada visto que na luta científica e tecnológica sempre tem sido encontrado um antídoto para cada novo «veneno» descoberto, e decerto a resposta para o míssil «Exocet» estará já encontrada, com base num radar que permita detectar os mísseis em voo rasante sobre o mar. Mas nem por isso o que aconteceu pode deixar de constituir um motivo de preocupação, tanto no campo militar, como no económico.

O outro aspecto merecedor de atenção especial é o do papel decisivo que desempenhou a Marinha Mercante britânica na viabilização da «Task Force» e a sua comparticipação activa nas operações e em combate. Pode dizer-se que se tratava da Marinha Mercante duma nação de forte tradição marítima e tripulada por bons profissionais do mar; mas se isso explica o facto de todos os seus tripulantes terem sido voluntários e a eficiência da sua actuação, o facto da Marinha Mercante ter sido utilizada como foi continua a constituir motivo para reflexão. A verdade é que sem aquela meia centena de navios mercantes que incorporaram ou apoiaram a «Task Force», o desembarque e reocupação das Falkland/Malvinas nunca teria sido possível. É evidente que não constituiu qualquer novidade a utilização de navios mercantes em apoio logístico de operações em áreas que o mar separa das bases. Porém, neste conflito eles excederam-se na sua generosidade e valentia, correndo riscos que normalmente não lhes são exigidos. O seu comportamento foi comparável ao dos navios de guerra e, talvez por isso, a Marinha Mercante começa a ser chamada de «quarta força», em adição ao Exército, à Marinha de Guerra e à Força Aérea. Navios de passageiros, como o «Queen Elizabeth II» e o «Camberra», foram apetrechados com plataformas para helicópteros e transformados em transportes de tropas, o «Uganda» tornou-se navio-hospital, dezena e meia de petroleiros foram mobilizados ou fretados e quatro navios de pesca adaptados a draga-minas, vários navios porta-contentores transportaram material essencial para o reabastecimento e reequipamento e outros navios foram utilizados no transporte de água,

frescos, alimentos congelados, etc. Só a prontidão com que a Marinha Mercante ocorreu à chamada, a rapidez com que os estaleiros executaram as necessárias modificações nos navios, e a dedicação e bravura com que as guarnições e tripulações se entregaram às tarefas que lhes foram atribuídas, tornaram possível montar e executar uma operação que se desenvolveu a 8000 milhas (17 000 km) da Grã-Bretanha e em condições climáticas extremamente adversas.

São assim muitos e variados os ensinamentos que nos campos da segurança e da defesa, principalmente da defesa militar, se podem tirar deste conflito.

Quanto ao aspecto económico-financeiro, também houve ensinamentos importantes que é conveniente reter.

Um dos mais interessantes é o de solidariedade do Mundo Rico cujos interesses neste campo são em grande parte coincidentes ou, pelo menos, convergentes. Outro, é a mudança de atitude que os sustos vividos provocaram na banca internacional, que agora põe em causa a concessão de empréstimos volumosos a países, sem lhes exigirem o mesmo género de garantias que são exigidas a um indivíduo. É de esperar que, depois de tão assustadora experiência, passem a ser mais cautelosos na selecção dos seus futuros credores e nas garantias que lhes exigem. Pode realmente dizer-se «pobre de quem precisa» — pobres dos indivíduos e das nações pobres. As nações que precisam são apanhadas na poderosa rede da alta finança internacional e dificilmente se libertam porque quanto maiores forem sendo as suas dificuldades económico-financeiras, maiores se tornam as suas vulnerabilidades a todos os géneros de pressões e menores são a sua independência e capacidade de manobra. O futuro dirá, por exemplo, se a Argentina, que se encontra nessa posição — e a despeito de dispor de importantes trunfos — conseguirá mostrar o seu desencantamento com os Estados Unidos e a CEE, passando a privilegiar nas suas relações comerciais quaisquer outros países.

No aspecto político, o conflito serviu para comprovar que os interesses nacionais se mantêm como elemento fundamental das decisões dos governos sobre problemas internacionais, seguindo-se, na ordem de prioridades, as alianças, as organizações regionais político-económicas e as afinidades étnico-culturais. Diríamos que esta é a regra geral mas que com frequência se verifica que a inter-relação de vários problemas internacionais ou

mesmo aspectos particulares da política interna podem alterar aquela ordem de prioridades. São exemplos da primeira destas situações a posição da Espanha, a difícil decisão dos Estados Unidos e a própria reacção da Grã-Bretanha que, se tivesse sido outra, é possível que desencadeasse o rescender das pretensões da Venezuela sobre a Guiana, da Guatemala sobre Belize, e várias outras como as da Espanha sobre Gibraltar. Como exemplos da inter-relação de decisões no campo internacional com aspectos de política interna são de referir: decisão da Junta Militar argentina que, ao ocupar as Malvinas/Falkland, nas condições e no momento em que o fez, só pode ter tido como objectivo imediato criar uma diversão para os graves problemas políticos com que se debatia internamente; a posição de Mrs. Thatcher que, embora o elevado custo da reocupação das Falkland/Malvinas fosse altamente inconveniente para o seu plano de recuperação económica, viu grandemente reforçada a popularidade do seu partido; e a posição assumida pela Itália ou pela Irlanda quando deixaram de alinhar com a CEE na aplicação de sanções à Argentina.

Como observação final importante, no campo político, diremos que o país mais prejudicado com o conflito foram os Estados Unidos, que poderão ter perdido o apoio não só da Argentina mas também dos outros países sul-americanos e que os países talvez mais beneficiados terão sido o Japão e a União Soviética.

No campo diplomático, o conflito veio demonstrar a importância duma bem conduzida acção, tanto para ganhar tempo, quando este é de capital importância para completar preparativos militares, como para preparar a opinião pública mundial e dos próprios países para aceitar determinadas tomadas de posição, como, ainda, para procurar aliados, seja no grande palco das Nações Unidas ou no conforto das salas de reuniões da CEE ou da OEA. Nestes dois últimos aspectos foram de particular interesse as habilidades de retórica utilizadas para justificar as posições assumidas, tanto pelos países directamente envolvidos, como pelos que com eles vieram a alinhar, e as pequenas «chantagens de corredor» aplicadas para obter apoios. Mas talvez o aspecto de todos mais curioso, neste campo, fosse o facto de nenhum dos Governos dos países da América Latina, excepto a Argentina, ter cortado relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Este é um dos exemplos mais claros da preponderância dos interesses nacionais sobre os duma organização regional — a OEA —, e mesmo sobre as afinidades étnico-culturais e sobre os antigos ressentimentos contra o Velho Mundo.

Também nos aspectos humanos o conflito se revestiu de facetas de grande interesse. Quais foram as razões subjacentes à decisão do General Galtieri? Patriotismo? Necessidades de política interna? Uma honesta convicção? Orgulho nacional? Necessidade de afirmação pessoal? Ou um misto de todas estas motivações? — E a de Mrs. Thatcher?

Por que razão ambos os líderes políticos receberam o apoio maciço dos respectivos povos às linhas de acção que adoptaram? Essa atitude era previsível no povo argentino que, para além dum temperamento entusiástico e impulsivo, foi sujeito a uma poderosa máquina de propaganda. Mas quais seriam as razões que estiveram na base de idêntica determinação no povo britânico, do qual uma grande parte ignorava ou sabia vagamente da existência das Falkland/Malvinas, e um número ainda maior desconhecia que pertenciam à Grã-Bretanha e que lá viviam quase dois milhares dos seus concidadãos? Qual teria sido a sua atitude se o Governo optasse pela aceitação do facto consumado e houvesse limitado a sua reacção apenas a «vigorosos protestos»?

Sejam quais forem os sentimentos que inspiraram as decisões dos respectivos responsáveis políticos, do que não podem restar dúvidas é de os dois povos responderam magnificamente e aceitaram sem hesitações os sacrifícios de vidas e de meios que lhes fossem pedidos. Afigura-se que, a despeito das profundas alterações verificadas nas sociedades e no Homem desde a II Grande Guerra, continuam vivos importantes valores como o patriotismo, a consciência e o orgulho nacional e a confiança dos povos nos seus próprios destinos. Estes valores espirituais, que ressurgem mais vivamente nos momentos de crise, são essenciais para que se mantenha a identidade das nações e deles emerja, com naturalidade, o espírito de defesa. Apesar de tudo o que possa ser dito contra determinados aspectos do nacionalismo, há que reconhecer que um sentimento nacional é bem melhor compreendido pelo cidadão comum do que quaisquer ideias de internacionalismo ou supernacionalismo. Verificou-se em 1982 na Argentina e na Grã-Bretanha e acontecera na França de De Gaulle em 1958. Os velhos países precisam de receber de vez em quando uma «chicotada» para reacender, nomeadamente nas camadas mais jovens, a consciência e o orgulho nacionais e reforçar as virtudes tradicionais. Os países mais novos necessitam dessas mesmas «chicotadas» para ir amalgamando mais intimamente todos os componentes dessa complexa entidade que é uma nação.

Um outro aspecto que se revestiu de certa delicadeza foi o da confrontação entre a necessidade do Governo controlar a informação pública por razões de Estado — nomeadamente de segurança militar e de moral da população e dos combatentes — e a ânsia dos órgãos de comunicação social de informar o público com verdade e sem nada ocultarem. Este difícil problema surgiu, evidentemente, na Grã-Bretanha — no país democrático onde os órgãos de informação são independentes, livres de qualquer controlo estatal. Pelo contrário, na Argentina a comunicação social só dizia o que o Governo deixava ou mandava dizer.

O que irá acontecer nos países democráticos no caso de um futuro conflito, certamente de muito maiores proporções e onde a segurança e o moral serão factores por vezes decisivos? Poderá aceitar-se que seja por razões de honesta convicção, de sensacionalismo ou de pura ganância de aumentar as vendas dos jornais ou os auditórios da rádio e da televisão (sempre difíceis de distinguir) — que se ponha em causa a segurança de operações militares, de batalhas, ou de uma guerra, pela divulgação inoportuna de notícias que poderão comprometê-las ou afectar o moral das populações ou das tropas? Será a divulgação pública de toda a verdade tão importante que valha a pena sacrificar-lhe os superiores interesses duma nação em guerra? Será a liberdade de informação mais importante, em democracia, do que a liberdade dos indivíduos? No entanto esta sofre limitações quando em situações de estado de sítio ou de emergência. Este delicado problema fará ainda correr muita tinta nos países democráticos!

Quanto a nós o aspecto mais positivo do conflito foi sem dúvida o cavalheirismo e a elegância das atitudes dos adversários. Não se provocaram mais baixas do que o necessário, não houve problemas no repatriamento de prisioneiros, não se verificou animosidade especial entre os povos ou entre as forças em luta para além de naturais explosões emocionais no país de raízes latinas, e houve o cuidado de não impor derrotas muito severas ou humilhações a nenhum dos contendores. Cada um pode orgulhar-se das suas vitórias e dos seus actos de bravura.

Vamos terminar estas páginas simples de genéricos apontamentos sobre um conflito escusado, referindo alguns ensinamentos que poderão constituir fonte de meditação para os responsáveis pelos destinos de Portugal.

Em primeiro lugar referimos a mudança de atitude da banca internacional no que se refere ao maior cuidado na concessão de volumosos

empréstimos aos países, passando a exigir-lhes garantias idênticas às exigidas a qualquer cidadão que pede um empréstimo. Este endurecimento na atitude da banca pode tornar mais complexa a obtenção dos, infelizmente necessários, empréstimos externos. Para além disso, ficou amplamente demonstrado o efeito limitativo da independência e da liberdade de acção dos países, provocado pelo excessivo endividamento externo.

Seguidamente chamaremos a atenção para a surpresa que constituiu para a Grã-Bretanha a ocupação das Falkland/Malvinas pelos Argentinos e para a surpreendente rapidez e eficiência com que a «Task Force» foi organizada e actuou. Portugal é um país cujo território é descontínuo, encontrando-se as suas parcelas espalhadas e ligadas pelo mar, e essas parcelas são alvo de imensas cobiças devido ao seu enorme interesse estratégico. Assim:

- 1.º Portugal tem necessidade indiscutível de dispor dumas forças armadas estruturadas, equipadas e treinadas de forma a poderem acorrer à defesa dessas parcelas do território nacional — sozinhas ou em cooperação com forças aliadas; o que não pode admitir-se é que o País deixe a defesa do que é seu entregue apenas a outros;
- 2.º Portugal deve dispor duma Marinha Mercante que, além de satisfazer as suas necessidades de tempo de paz — e neste momento apenas satisfaz cerca de 12 % dessas necessidades, excepto nos transportes de combustíveis líquidos, para que é suficiente — possa também dar a sua indispensável colaboração no caso de ser preciso actuar numa daquelas parcelas insulares.

Finalmente, analisando o que se passou nos dois países em conflito, sublinharemos a necessidade de cultivar os valores morais que andam bastante esquecidos neste Portugal velho de quase oito séculos e meio, com uma história que ocupa lugar de destaque na história do mundo e com uma cultura que espalhou pelos cinco continentes. Temos de educar o nosso povo, mostrando-lhe as razões do passado pelas quais se pode e deve orgulhar de ser português, e planeando o futuro de forma a que possa ter motivos para continuar a orgulhar-se de o ser.

Consciência nacional, patriotismo, orgulho nacional e espírito de defesa, são valores fundamentais de qualquer nação digna desse honroso nome.

Leonel Cardoso

Vice-almirante